

4

Violência e Religião: a experiência vivida dos “assistidos”

Neste capítulo, buscamos examinar como a violência e a religião, se relacionam com os programas públicos de assistência social, particularmente com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Para melhor compreensão, optamos por apresentar no presente capítulo as análises referentes à categoria denominada “assistidos” que envolve atores sociais que se encontram inseridos como usuários no programa privilegiado.

Embora não seja o foco do presente estudo a análise da política de assistência social, entendemos ser importante uma breve sinalização sobre a organização desta política e como vem sendo implementada no Rio de Janeiro, tendo em vista o universo de estudo.

4.1

Breve contextualização da Política de Assistência Social no Município do Rio de Janeiro

A intervenção Pública de Assistência Social no município do Rio de Janeiro encontra-se sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), e organiza-se a partir do consignado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)³⁸, nas diretrizes emanadas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)³⁹ e no ordenamento relativo à implantação e funcionamento no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A PNAS fundamenta e define funções para a implantação do SUAS. Desta forma, o SUAS, seguindo diretrizes da Constituição Federal e da LOAS⁴⁰, é um

³⁸ LOAS, nº 8.742/93.

³⁹ PNAS/2004. Resolução n. 145 do Conselho Nacional de Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2004.

⁴⁰ “A assistência social tem por objetivo: I - a proteção à família, à maternidade, à infância e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

sistema não contributivo, descentralizado e participativo, que tem como⁸⁶ finalidade primordial a gestão da assistência social no campo da proteção social brasileira (NOB/SUAS).⁴¹

O SUAS permite a articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a universalização de acessos territorializados e a hierarquização de serviços por níveis de complexidades e porte do município, com representação de responsabilidades entre os entes da federação.

Dentre os princípios elencados na NOB/SUAS, destacamos:

princípio da territorialização, que reconhece múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidades, risco pessoal e social (...) possibilitando planejar a localização da rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e risco social (NOB/SUAS, 2005, p. 17).

As funções da política são subdivididas em proteção básica e proteção especial⁴², o que favorece a organização dos serviços, programas, benefícios sócio-assistenciais frente às necessidades sociais que se apresentam em níveis diferenciados de complexidade.

A “proteção básica” se efetua através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), lugar onde a assistência social abre suas portas, tem caráter preventivo e se organiza de forma sistemática e intersetorial no trabalho com famílias moradoras das áreas mais vulneráveis da cidade. Já a proteção especial visa atender famílias e indivíduos com direitos violados ou em situações de risco. Suas ações desenvolvem-se nos Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS).

Parágrafo Único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais e à universalização dos direitos sociais”. (Art. 2º, LOAS)

⁴¹ Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Decreto n. 5085 de 15 de julho de 2005/MDS.

⁴² Os níveis de complexidade estão referenciados nas funções da política de proteção: a “proteção social básica”, destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social. Tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A “proteção social especial” tem por objetivo prover atenções sócio-assistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (NOB/SUAS).

É a partir do aparato legal da assistência social que a SMAS implementa⁸⁷ sua política. Atualmente no município encontram-se efetivadas 10 Coordenadorias de Assistência Social (CAS)⁴³, que têm a responsabilidade de organizar a ação pública de assistência nos territórios que as circunscrevem. Assim, seguindo a lógica da descentralização, a cidade conta com 42 CRAS e 8 CREAS.

Cumprir destacar, que o universo da pesquisa contemplou usuários e trabalhadores da assistência social, vinculados ao CRAS Caio Fernando Abreu.

Este CRAS encontra-se inscrito na área de abrangência da 3ª CAS⁴⁴, e tem como território de sua intervenção os bairros: Jacaré, Jacarezinho, Higienópolis e, parte dos bairros de Manguinhos, Maria da Graça, Cachambi e Engenho Novo.

O referido território engloba, alto contingente populacional e diferenciados níveis de desenvolvimento. Caracteriza-se pela heterogeneidade de desenvolvimento econômico, equipamentos públicos e rede de serviços urbanos, condições de vida dos moradores e padrões de pobreza/desigualdade.

A heterogeneidade do território é marcada fortemente pela presença de favelas, totalizando 16.⁴⁵ Estas também apresentam grande diferenciação quanto ao extenso território, densidade demográfica, desenvolvimento e organização.

Dentre os diversos programas e projetos implementados pela SMAS, o CRAS, Caio Fernando de Abreu desenvolve:

a) proteção especial:

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – Trabalho voltado para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho através de atividades de cunho sócio-educativo.
- Penas Alternativas – Inserção de usuários em cumprimento de pena, através de prestação de “serviços à comunidade”.

⁴³ 1ª- CAS- Centro, 2ª- CAS- Vila Isabel/Zona Sul, 3ª- CAS- Engenho Novo, 4ª- CAS- Bonsucesso, 5ª- CAS- Madureira, 6ª- CAS- Deodoro, 7ª- CAS- Jacarepaguá, 8ª- CAS- Bangu, 9ª- CAS- Campo Grande, 10ª- CAS- Santa Cruz.

⁴⁴ A 3ª- CAS tem como bairros de abrangência: Abolição, Água Santa, Cachambi, Complexo do Alemão, Encantado, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Pilares, Riachuelo, Rocha, Sampaio, São Francisco Xavier, Todos os Santos, Tomas Coelho, Manguinhos, Higienópolis, Inhaúma, Jacaré, Jacarezinho, Lins de Vasconcelos, Maria da Graça, Méier e Piedade.

⁴⁵ São favelas do território do CRAS Caio Fernando Abreu no bairro Manguinhos: Parque João Goulart, CHP2, Vila Turismo e Vila União no bairro do Jacaré: Tancredo Neves, Vila Vitória, Vila União, Parque Marlene, Vila Portelinha; Jacarezinho: embora seja representado por uma única associação de moradores, subdivide-se em subáreas, a saber: Praça da Concórdia, Praça XV, Céu Azul e Via GE; Higienópolis: Vila Maria, Felix Ferreira; Maria da Graça: Carlos Drumond de Andrade, Babete; Cachambi: Pica-Pau Amarelo; Engenho Novo: Dois de Maio.

• Abordagem de população de rua - Mapeamento e de visitas aos locais⁸⁸ de concentração de população de rua, oferecimento de abrigos e encaminhamentos das demandas emergentes.

b) proteção básica:

• Fiscalização e supervisão de entidades conveniadas – visitas sistemática, prestação de contas, etc.

• Agente Jovem - Trabalho voltado para o atendimento de jovens através de atividades de cunho sócio-educativo.

• PRO Jovem - Acompanhamento de jovens que encontram-se complementando sua escolaridade, através de diversas atividades.

• Rio Dignidade – Acompanhamento sócio-familiar de idosos incluídos no projeto.

• Bolsa de Estudos – Divulgação e inscrição de processos seletivos na inclusão de ensino fundamental, médio e universitário e acompanhamento sóciofamiliar dos contemplados pelo projeto.

• Programa Bolsa Família - Cadastramento familiar (CAD Único), acompanhamento das condicionalidades da educação e da saúde, reuniões sócio-informativas.

Os programas e projetos acima referidos são desenvolvidos, em sua maioria, a partir de financiamento do governo federal com contrapartida da gestão municipal, através da pactuação definida no aparato legal normativo da assistência social.

Dentre eles, o PBF destaca-se como o programa de maior abrangência, contemplando cerca de 4 mil famílias beneficiárias no território.⁴⁶

Conforme sinalizado na introdução deste estudo, na definição do universo de pesquisa, na categoria “assistidos”, privilegiou-se as famílias que possuem crianças e adolescentes incluídas no PETI, tendo em vista esse programa objetivar o atendimento desse segmento inserido no trabalho infantil, o que vai conformar núcleos familiares apresentando variada gama de fragilidades econômicas, sociais

⁴⁶ Este quantitativo é constantemente modificado tendo em vista a continuidade de inserção de novas famílias no programa e o cancelamento do benefício em decorrência de vários motivos, principalmente o não cumprimento das condicionalidades do programa: frequência escolar mensal com 85% de presença dos membros familiares com até 15 anos; atendimento semestral nas unidades de saúde. Constitui-se ainda motivo de cancelamento a ultrapassagem da renda per capita exigida (R\$ 120,00).

e culturais. Além disso, o PETI referia-se a famílias com crianças e jovens,⁸⁹ muito dos quais, considerados em “risco social”.

No momento da implantação, o PETI foi organizado na lógica de programa de transferência de renda⁴⁷, visando dar suporte monetário às famílias com o objetivo de retirada das crianças/adolescentes das atividades laborativas perigosas e insalubres, e favorecendo a inclusão na rede de ensino. Assim, as crianças e adolescentes participavam de atividades socioeducativas, em horário complementar ao da escola, denominada “Jornada Ampliada”⁴⁸, além disso a família recebia a “Bolsa Cidadã”.

No Rio de Janeiro, o programa também absorveu crianças/adolescentes que mesmo não inseridas em atividades laborativas, mas residindo em favelas, tiveram sua inscrição aprovada como uma “alternativa para ocupar o tempo ocioso” (Portugal, 2007).

Após o processo de criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2004), quando o novo ministério incorpora o PBF, aprofundou-se o debate acerca da unificação dos programas de transferência de renda com financiamento do governo federal, com o fulcro de viabilizar uma única entrada monetária dos programas sociais, sem prejuízo de participação em atividades inerentes aos diversos programas e projetos anteriores, em 2005, o PETI foi integrado ao PBF.

Esta nova lógica foi efetivada de forma paulatina, o que provocou a permanência de pagamentos das diferentes bolsas durante um período. Atualmente, encontra-se totalmente efetivado o pagamento através do PBF.

A partir desta breve contextualização da política de assistência social implementada na cidade do Rio de Janeiro, voltamos nosso olhar para analisar os rebatimentos da violência e da religião nos atores envolvidos nesta política: usuários.

⁴⁷ Para uma análise do PETI, a partir de estudo sobre programas de transferência de renda com rebatimentos na educação, ver Macedo e Brito, 2004.

⁴⁸ “A Jornada Ampliada propõe uma ação educativa complementar ao horário escolar e tem como objetivo o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes com vistas à melhoria do seu desempenho escolar e a inserção de bens, serviços e riquezas sociais.” (Portugal, 2007, p. 84-85).

4.2

“Assistidos”: moradores de favelas atendidos por programas sociais

As reflexões neste item estão subsidiadas no debate sobre as favelas, realizado no primeiro capítulo, onde foi delineada a complexidade da relação favela X cidade e, a condição subalterna que, historicamente, os residentes destes territórios tiveram para acessar bens socialmente construídos e os limites para a construção de suas identidades de sujeitos sociais autônomos.

Assim, a favela é compreendida como o chão social onde se engendram relações sociais contraditórias, tanto em relação ao contexto social mais amplo, quanto referido a sua dinâmica interna. Desta forma, os sujeitos sociais que habitam o território, vão atribuir significados a este espaço, a partir de sua vivência.

Um dos procedimentos de coleta de dados vinculou-se a análise de 107 fichas⁴⁹ das crianças/adolescentes inscritas no PETI. Este estudo possibilitou a construção do perfil das famílias, a partir do levantamento dos dados presentes nesse instrumento de registro.

Com base nestes dados foi possível traçar um perfil sócio-demográfico destas famílias, identificar as diferentes formas como elas constroem os seus meios de vida e, por fim, analisar aspectos vinculados às diferentes formas de se defrontarem e vivenciarem a violência, bem como seus vínculos religiosos.

Cabe, no entanto, destacar que as informações referentes à violência e à religião não serão analisadas a partir desse instrumento de coleta de dados, tendo em vista que tais informações não constavam em todos os registros familiares. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelas crianças/adolescentes.

4.2.1

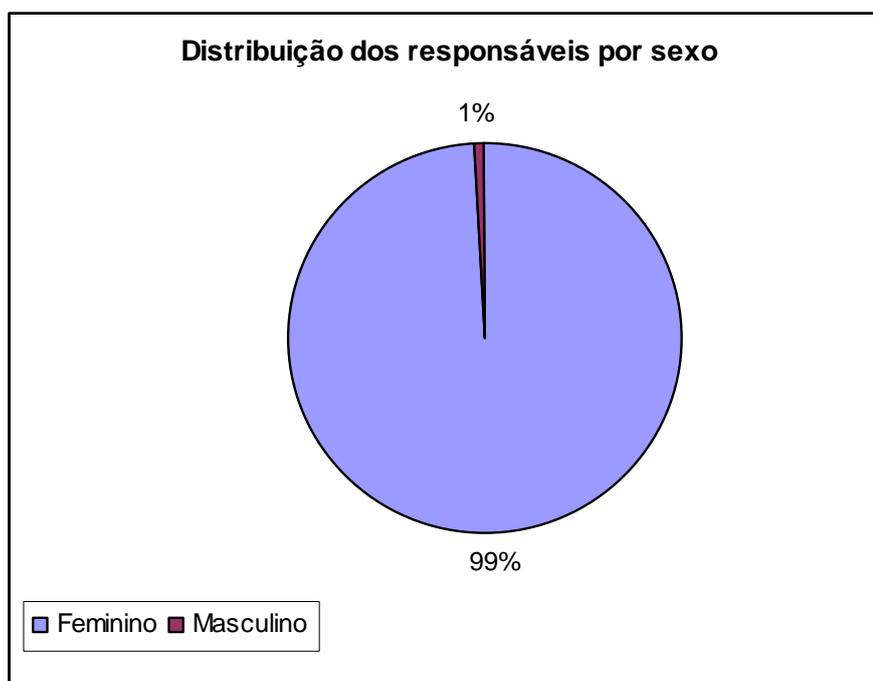
Caracterizando os Usuários

⁴⁹ A ficha do PETI contém dados de identificação da criança/adolescente, do responsável, da família; além do registro técnico do acompanhamento do trabalho junto aos usuários direto e às suas famílias (Ver Ficha em Anexo 1).

Em primeiro lugar cabe esclarecer que o PETI ainda que voltado para um público em faixas etárias mais jovens, tem, na sua inscrição, a figura de um responsável adulto. Este sendo também o referente para o recebimento da bolsa.⁹¹

Os dados mostram a existência de apenas um responsável do sexo masculino no universo de membros da família responsável pelas crianças e adolescentes junto ao programa, o que indica a presença majoritária de mulheres na interlocução com a instituição pública implementadora da política de assistência social no território, conforme sinalizado no Gráfico 1 apresentado a seguir.

Gráfico 1 – Distribuição dos responsáveis por sexo



Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

Cabe destacar que esta é uma característica tradicionalmente observada em programas e projetos vinculados à Assistência.

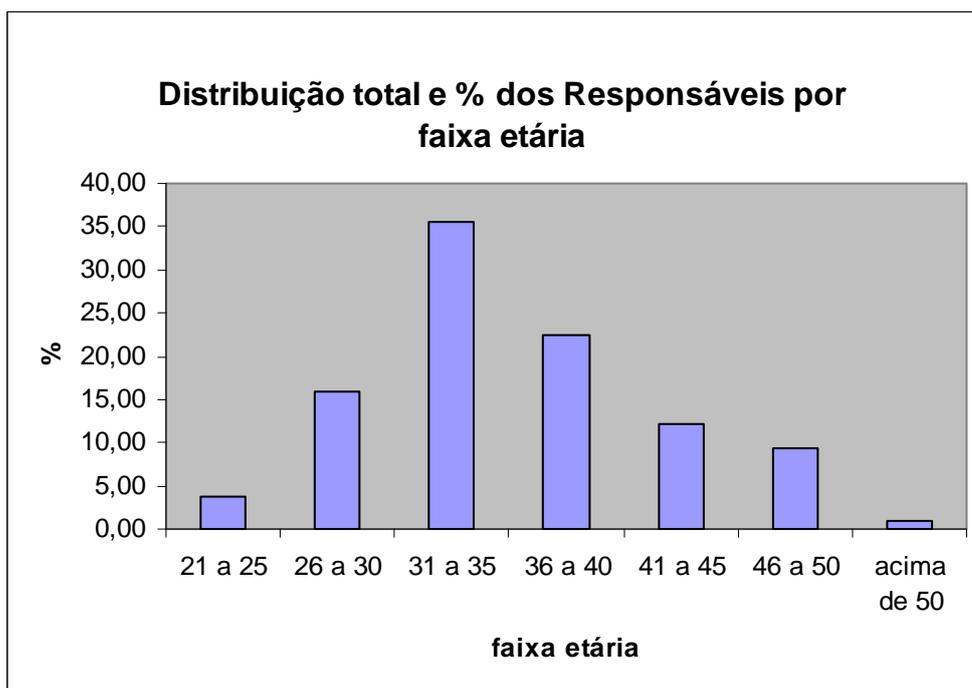
Desta forma, as mulheres têm, historicamente, se colocado como representante das famílias na busca por respostas às necessidades dos grupos domésticos, principalmente quando se trata de demandas apresentadas por sua prole.

Por outro lado, as próprias políticas reforçam tal fenômeno. Assim, a⁹² PNAS tem como um dos seus princípios a “centralidade na família” o que termina significando uma “centralidade nas mulheres”.⁵⁰

No que concerne à faixa etária das responsáveis, evidenciou-se a predominância de indivíduos na faixa de 31 a 35 anos, seguida daquelas com idade entre 36 a 40 anos. Isto significa que quase 60% das responsáveis pelas crianças e adolescentes eram mulheres jovens, grande parte das quais ainda em idade reprodutiva.

No total 65% declararam não ter companheiro, o que corrobora uma tendência da organização familiar no Brasil, principalmente, nos grandes centros urbanos do país, onde a participação da mulher como chefe de família tem adquirido posição de destaque. Tais dados encontram-se ilustrados nos Gráficos 2 e 3.

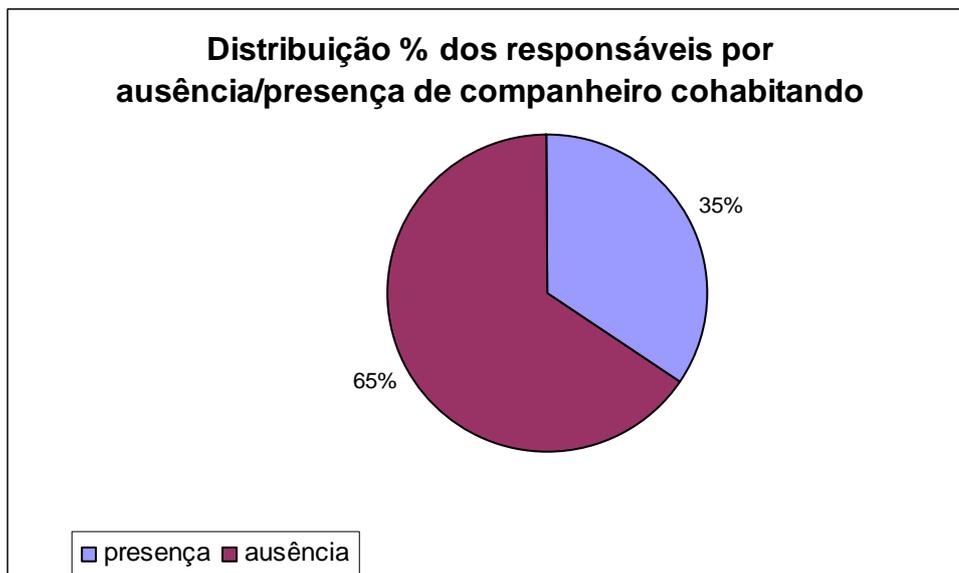
Gráfico 2 – Distribuição total e % dos Responsáveis por faixa etária



Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

⁵⁰ Os dados referentes à quase totalidade dos programas direcionados aos segmentos mais pobres também confirmam essa presença absolutamente majoritária das mulheres na “responsabilidade ou titularidade” dos benefícios. Assim, tem-se: PBF – 90,3 % são mulheres (MDS, 2007); nos Programas Bolsa Escola analisados por Macedo e Brito, a titularidade das mulheres variava entre 96% à 100% (Macedo e Brito, 2004, p.83).

Gráfico 3 – Distribuição % dos responsáveis por ausência/presença de companheiro coabitando 93



Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

O fenômeno da feminilização da chefia dos núcleos familiares vem sendo apontado como derivado da associação de vários fatores, dentre eles, as características específicas do mercado de trabalho, a demografia da população local e o peso dos fatores culturais.

Segundo Carvalho (1998, p.82), a recessão dos anos 80 incidiu de forma mais aguda nas regiões metropolitanas do país e nas atividades secundárias de predomínio da mão-de-obra masculina, provocando o crescimento do desemprego, ao mesmo tempo, em que se observou o crescimento de famílias chefiadas por mulheres. Esta concomitância possibilita identificar a articulação entre mudanças de empregabilidade e aquelas ocorridas na organização familiar.

Outro aspecto a ser sinalizado vincula-se a esfera da cultura, sobretudo no tocante ao comportamento dos sexos frente aos compromissos na manutenção dos domicílios e criação dos filhos.

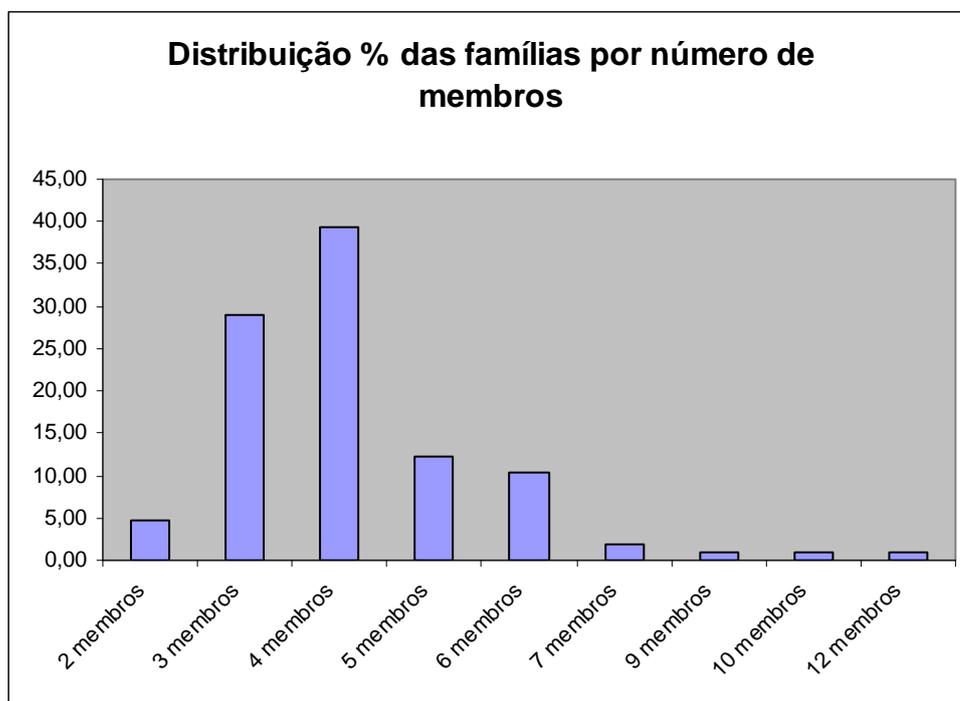
Se por um lado, uma das características centrais do reordenamento familiar tem sido a postura de destaque da mulher em assumir com maior independência o controle sobre as suas decisões e vida, de outro, esse fenômeno tem sido acompanhado pelo aumento da ausência masculina ou de uma presença “enquanto companheiro da mulher” não necessariamente, enquanto genitor da prole.

Como assinala Woortmann em seu clássico livro “A Família das Mulheres” essas assumem a responsabilidade maior posto que os filhos lhe pertencem (Woortmann, 1987).⁹⁴

Embora este novo padrão de organização familiar perpassasse as diferentes classes e segmentos sociais, observa-se uma correlação entre o crescimento de chefia feminina e famílias submetidas às situações de maior pobreza e vulnerabilidade econômica (Carvalho, 1998), o que referenda o universo pesquisado.

Outro comportamento semelhante ao percebido na sociedade brasileira, nas últimas décadas, principalmente nas grandes cidades, vincula-se a diminuição do número de componentes por núcleo familiar. No levantamento realizado, constatou-se a supremacia de unidades familiares com quatro membros, seguida daquelas famílias com apenas três componentes (Gráfico 4). As “grandes famílias” caracterizadoras dos universos familiares mais pobres, também aqui está em declínio.

Gráfico 4 – Distribuição % das famílias por número de membros



Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

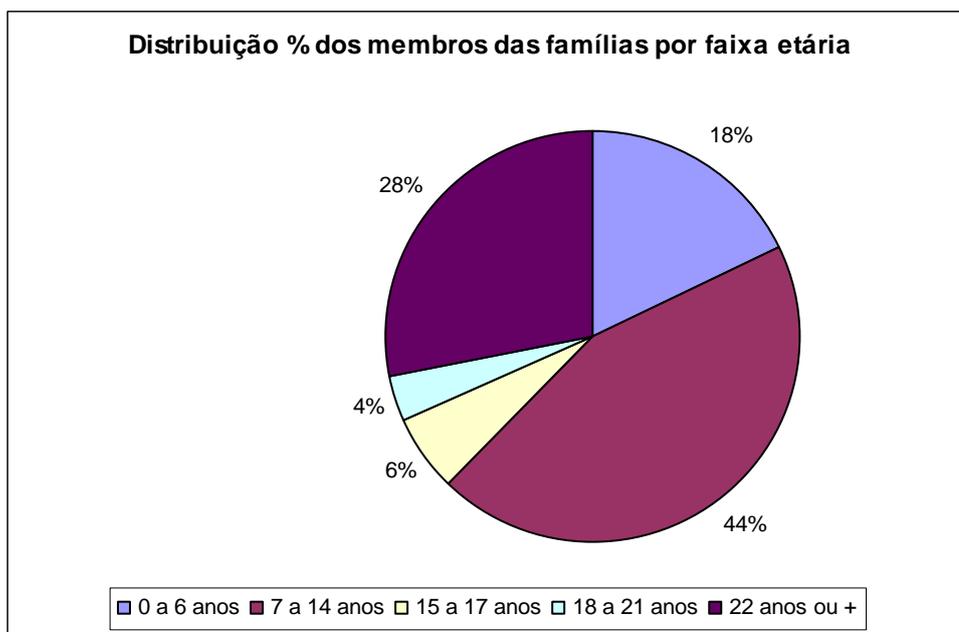
Com relação à faixa etária dos membros dos grupos domésticos vinculados ao PETI, verifica-se;

• a enorme responsabilidade dos 20% acima de 20 anos que,⁹⁵ correspondendo ao grupo adulto, tem sob seu encargo os 80% dos outros membros de sua família;

• a grande porcentagem de crianças em idade escolar que correspondem a 44% do total dos grupos domésticos. A esse grupo se soma os 18% entre 0 e 6 anos, que correspondem ao segmento ainda mais dependentes dos cuidados domésticos e familiares;

• a rigor, apenas 10% corresponde aos jovens entre 15 e 21 anos que teriam maiores condições de colaboração com os pais (ou com as mães – chefes de família) seja nas tarefas internas ao lar, seja no trabalho com algum rendimento.

Gráfico 5 – Distribuição % dos membros das famílias por faixa etária



Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

Estes dados nos permitem a realização da seguinte reflexão: em que medida a existência massiva de crianças e adolescentes nas famílias, concomitante, muitas vezes a presença apenas da mulher como adulto responsável pelo domicílio pode provocar o ingresso precoce destas crianças e jovens em atividades remuneradas com o intuito de contribuir para o orçamento familiar?

A despeito dos dados mostrarem que a maior parte dos componentes das famílias encontra-se na faixa etária atendida pelo PETI, observou-se durante o

trabalho de campo, uma subutilização da cota de crianças passíveis de⁹⁶ participação no programa.

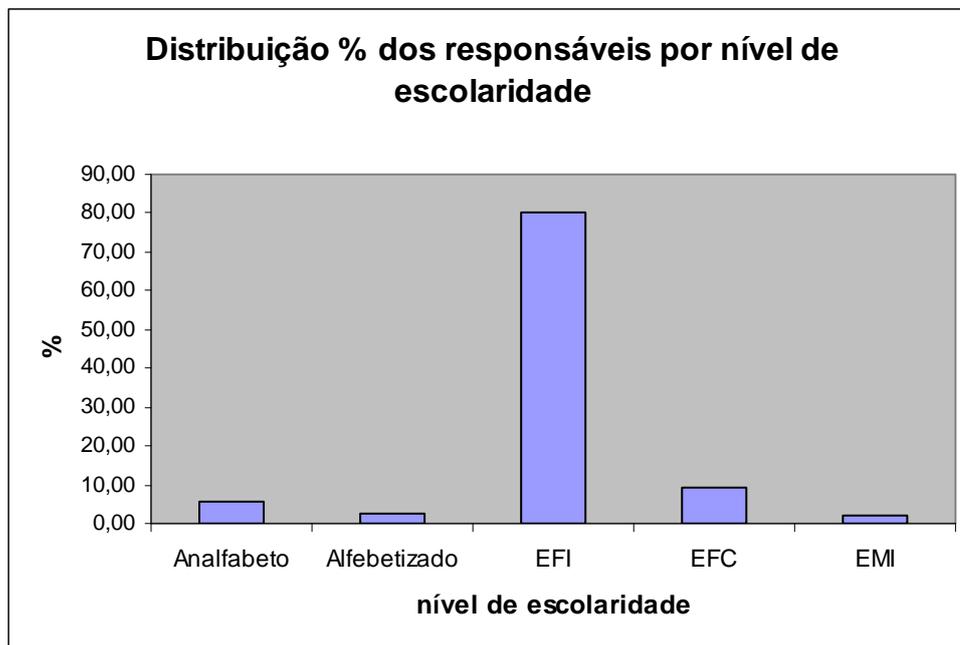
Assim apenas 107 crianças e adolescentes estavam inseridas neste programa, mesmo com meta estabelecida para o CRAS - Caio Fernando Abreu, fosse de 150 crianças.

A subutilização do programa em quase 1/3 de sua quota foi explicada pelos técnicos por duas razões básicas: a ultrapassagem da idade máxima de manutenção no programa e os processos técnico-burocráticos de análises das famílias. Estes últimos, terminam demandando um certo período de tempo entre a convocação de novas famílias (incluídas nas chamadas “listas de espera”), a análise de sua situação, as providências relativas à preparação e apresentação de documentos, etc.

Na verdade, há uma certa distância entre os programas sociais oferecidos (suas exigências e critérios de inclusão) e a realidade das famílias (o que é demonstrado pela demora na tramitação dos processos).

Assim, se os programas do ponto de vista quantitativo já são reduzidos, em relação à extensão do território e ao volume de famílias necessitadas, os critérios e processos de inclusão os tornam ainda mais restritos e focalizados.

Outro aspecto analisado refere-se à escolaridade dos responsáveis, cujo índice observado apresenta um quadro que demonstra o abandono escolar na fase do ensino fundamental, que permaneceu incompleto para 80% dos responsáveis.

Gráfico 6 – Distribuição % dos responsáveis por nível de escolaridade

Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

A baixa escolaridade dos responsáveis, além de significar trajetórias de vida nas quais o acesso à cidadania foi limitado e/ou ausente, especialmente o direito à escolarização, também, de alguma forma, reflete-se no tempo presente, pois as famílias enfrentam grandes dificuldades em manter seus filhos na escola.

Esse dado é observado nas anotações técnicas presentes nas fichas analisadas, quando recorrentemente há indicação de: “crianças e adolescentes com alto índice de faltas”; “crianças e adolescentes que abandonaram a escola”; “crianças e adolescentes com baixo rendimento escolar”; crianças e adolescentes que rejeitam a escola ou as turmas nas quais foram inseridas”.

Uma situação relatada com certa frequência pelos responsáveis é a preferência de seus filhos pelas Lan Houses, nas quais tem acessos a jogos eletrônicos e internet. Assim, a informática disputa, e ganha, da sala de aula, mesmo que o acesso e o uso das Lan Houses implique em pagamentos.

Um questionamento que se coloca frente a esta situação, é o porquê, a despeito de nas grandes cidades, dentre elas o Rio de Janeiro, ter ocorrido investimentos públicos no sentido de efetivar a universalização do Ensino Fundamental, um quantitativo grande de crianças/adolescentes não consegue permanecer na escola?

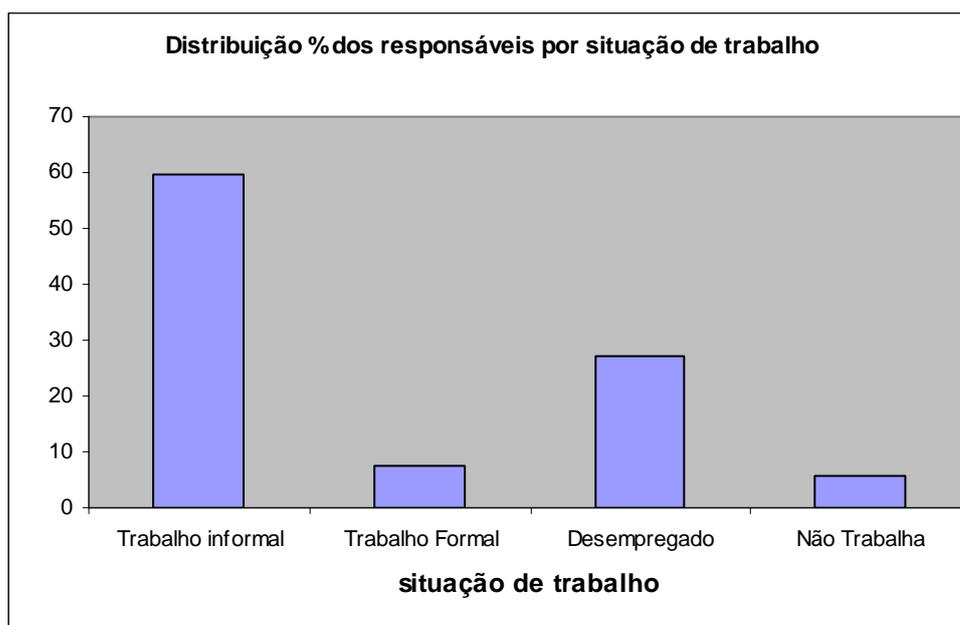
Com base em nossa experiência profissional identificamos pelo menos⁹⁸ três fatores que se articulam para definir esta não adesão à escolarização continuada, são elas: a trajetória familiar na qual o acesso à escola não se tornou um valor positivo; a situação de pobreza que envolve a família quase exclusivamente em atividades visando à sobrevivência e o modelo de escola pública que não se encontra preparada para responder às necessidades das diversas realidades culturais que envolvem o universo estudantil.

Contudo, não se está afirmando que os segmentos mais pobres da pirâmide social são refratários à escolarização. Ao contrário, destacamos a importância do poder público buscar o aprimoramento do sistema educacional, visando superar os limites para a universalização do ensino e, efetivamente, responder qualificadamente às demandas de educação das classes populares.

No que se refere à análise da ocupação e renda, dos responsáveis, os dados permitiram identificar que sua situação de trabalho encontra-se, principalmente, vinculada à informalidade e à condição de desempregados.

A rigor, o quadro ocupacional das famílias corresponde à clássica divisão da proteção social no país onde aos trabalhadores formalizados, corresponderia a proteção previdenciária e aos trabalhadores sem vínculos formais à proteção assistencial.

Gráfico 7 – Distribuição % dos responsáveis por situação de trabalho



Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

É importante destacar a diferenciação entre o desempregado e o⁹⁹ classificado como “não trabalha”. Enquanto o primeiro tem ainda o emprego como referência, o segundo já se auto-define como “não trabalha” (aí incluímos os “do lar”; os portadores de alguma enfermidade ou deficiência que os impede de trabalhar).

Observando a grande diversidade de ocupações inseridas no Gráfico 8 podemos dizer que:

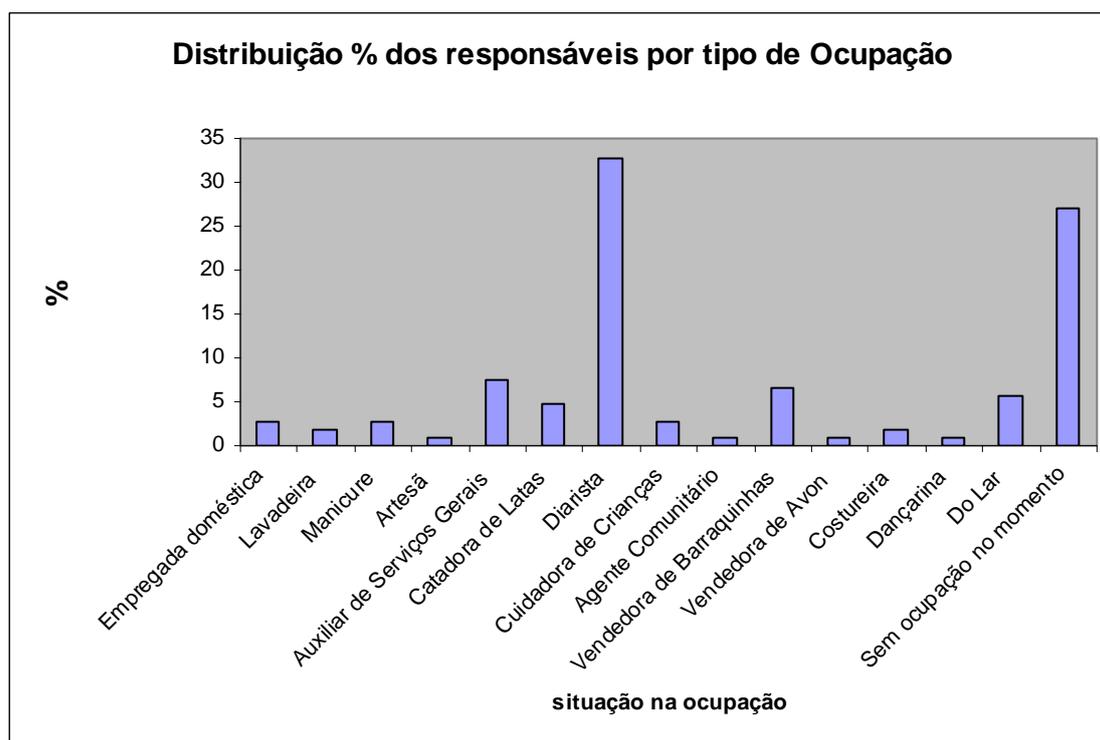
1º - a grande maioria se caracteriza pela não exigência de formação específica nem elevado nível de escolaridade;

2º - metamorfose da ocupação dos empregos domésticos, como uma ocupação muito presente no universo feminino pobre. A chamada “empregada doméstica” mensalista é amplamente substituída pela diarista. A rigor, essa metamorfose é resultado de uma série de fatores, desde a extensão da proteção trabalhista (e encargos sociais a ela referidos) que têm reduzido o número de empregadores, até as mudanças socioculturais que passam pela redução dos espaços domésticos dos empregadores, possibilidades de maiores ganhos das trabalhadoras (como diaristas), além da possibilidade de “ir e vir”, mantendo sua presença junto a seu grupo familiar próprio.

3º - em terceiro lugar temos as pessoas incluídas como “auxiliar de serviços gerais”, que executam tarefas semelhantes às diaristas (ou seja, limpeza e faxina) fora, entretanto do espaço doméstico dos patrões. Esse grupo é o que, apesar de ganhos extremamente baixos possuem mais possibilidades de acesso à proteção previdenciária.

4º - um outro conjunto de atividades vincula-se à esfera de um comércio de pequena escala (barraquinhas, comércio porta-à-porta) passível de ser instalado ou realizado próximo ao local de moradia. Nele, um pequeno volume de mercadorias ou um simples catálogo de encomendas constituem a base de instalação da atividade profissional.

5º - um último grupo de ocupações refere-se às atividades que se configuram como extensão das qualificações domésticas das mulheres, muitas das quais são realizadas em suas próprias residências. Estão aqui incluídas as “cuidadoras de crianças”; lavadeiras; costureiras; manicures.

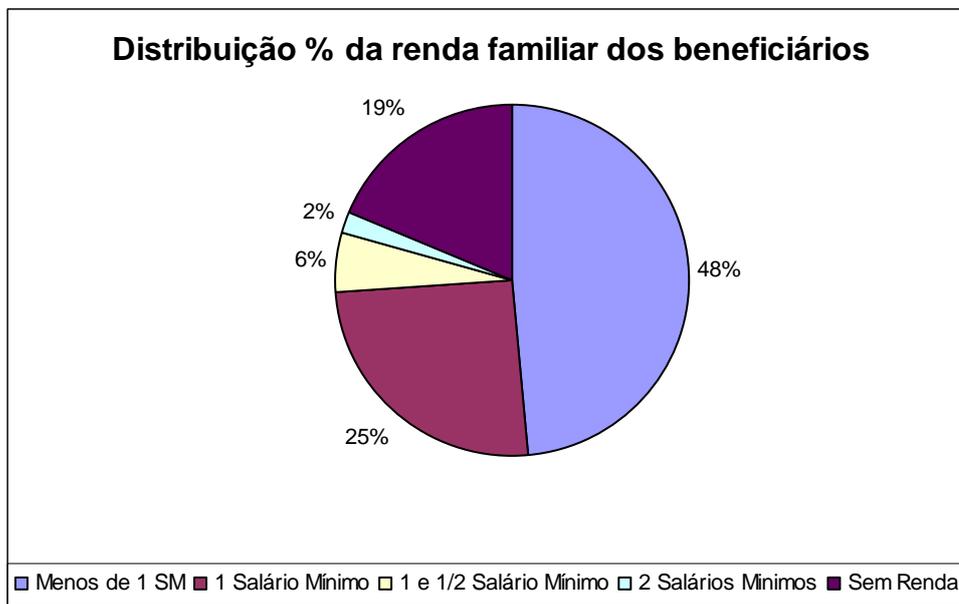


Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

É importante destacar, que grande parte destas ocupações representam alternativas de ganhos extraídas das próprias comunidades, o que representa como vantagem a eliminação dos custos de transporte (hoje extremamente importante), além da possibilidade de compatibilização com a assistência ao próprio grupo doméstico.

Sem dúvida são ocupações e modalidades de inserção no trabalho não protegido e precário, sem qualquer garantia da manutenção de ganhos advindos das atividades laborativas, confirmando sua situação de pobreza.

Tudo isto é reforçado quando analisamos a renda familiar.

Gráfico 9 – Distribuição % da renda familiar dos beneficiários

Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

Observando-se o Gráfico 9, verifica-se:

- quase a metade das famílias possuem rendas a baixo do padrão mínimo legal – o salário mínimo;
- 25% atingem o salário mínimo numa situação de renda familiar (e não salário individual);
- apenas 8% o superam, sendo que 19% declararam-se “sem renda”.

Obviamente esse quadro extremamente grave de pobreza é o que permite às famílias sua inserção nos programas assistenciais. Por outro lado, as regras do programa, de certa forma, impedem a visibilidade de um possível aumento de rendimentos, considerando que a maior parte dos mesmos não tem comprovação documental. Assim, qualquer mudança do quadro não ganha expressão, mesmo porque esta implicaria no “corte do programa”, dado os tetos extremamente baixos para a inclusão das famílias nos mesmos.

É importante destacar que não se trata de mecanismos de ocultamento ou moralmente falando, de “mentiras” por parte das famílias, argumentação freqüente entre os segmentos conservadores ou de oposição às transferências de renda para os pobres.

Trata-se da situação de ganhos de tal forma irregulares e flutuantes que¹⁰² impedem as famílias de qualquer contabilização e/ou previsão de seus próprios rendimentos.

Neste sentido dois aspectos merecem destaque. Um primeiro diz respeito a processos de desqualificação das próprias informantes em relação às suas ocupações e trabalho. Frequentemente chegam a não considerar como “trabalho” as atividades que exercem. É o caso de atuações na própria comunidade ou na sua própria casa, quando as mulheres realizam “para vizinhos ou conhecidos” determinadas atividades para as quais recebem alguma remuneração.

Um segundo aspecto, relaciona-se ao tipo de pessoas que “contratam” seus serviços. Trata-se de pessoas frequentemente de classe média baixa que dispensam os serviços a partir das oscilações de seus próprios rendimentos.

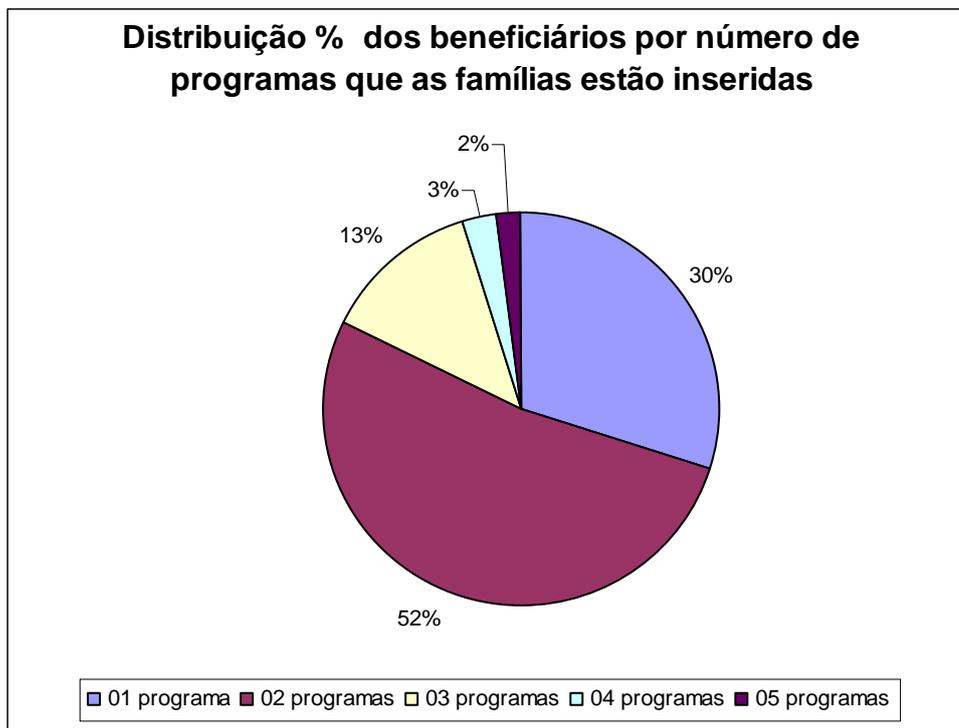
A rigor os circuitos de trabalho e renda das famílias incluídas nos programas assistenciais, se dão nas esferas mais baixas da pirâmide social. São os “ocasionalmente em melhores condições”, os que “contratam os serviços” dos mais despossuídos. Isto significa que os “próprios contratantes” não diferem profundamente dos “contratados”.

Assim, a antiga redistribuição de rendas entre famílias de melhor poder aquisitivo e as mais pobres (caracterização dos clássicos empregos domésticos), tem cada vez mais dificuldade de reproduzir-se. Trata-se, portanto de mais uma manifestação da radicalização da desigualdade no interior da nossa sociedade.

Na verdade, os critérios mais usuais de inserção em ocupações, mesmo as mais simples (como os serviços gerais, os serviços domésticos intermediados por firmas etc.) tem apresentado exigências inacessíveis às famílias (e mulheres) mais pobres: denteção, aparência, saúde, referências de empregabilidade anterior, prova de idoneidade etc.

Todas essas dificuldades relacionadas à inserção nas ocupações que possibilitariam rendas de sobrevivência, são contrabalançadas pela inclusão em programas de transferência de renda.

Gráfico 10 – Distribuição % dos beneficiários por número de programas¹⁰³ que as famílias estão inseridas



Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

Como pode ser observado no gráfico 10, menos de 1/3 das famílias (30%) estão inseridas em apenas um programa. Para o restante dos 70% sua inserção varia entre 2 programas (52%), 3 programas (13%) e finalmente, 5% das famílias inserem-se em 4 ou 5 programas assistenciais públicos.⁵¹ Sobre tais inserções podemos analisar:

- em primeiro lugar, são programas de um modo geral, com valores de renda transferida extremamente baixos. Conquanto sejam valores baixos tem um aspecto fundamental: são regulares⁵² e previsíveis, o que representa certa estabilidade para as famílias no controle de suas rendas e nas previsões de gastos ainda que limitados aos tetos auferidos.
- em segundo lugar, a inserção dessas famílias em todos esses programas representam outros aspectos que merecem destaque: de um lado a enorme capacidade das mesmas para fazer frente às exigências de inclusão. E aqui nos

⁵¹ Atualmente essa diversificação não é mais possível, face às unificações operadas pelo PBF, que absorveu os demais programas de transferência de renda, inclusive o PETI que aqui analisamos.

⁵² A regularidade mais precisa efetivou-se a partir do Bolsa Família. Nos programas anteriores, ocorriam atrasos de pagamento.

referimos não as regulações e documentações exigidas (o que por si só¹⁰⁴ representam um certo desafio) mas as “perdas de tempo”, as longas horas de espera, o controle pessoal frente a freqüentes situações de “nervosismos e impaciência” dos funcionários (sempre com excesso de trabalho). A inclusão nos programas, muitas vezes, segundo os informantes, é uma “verdadeira corrida de obstáculos”. De outro lado, o acesso e a permanência nos programas assistenciais públicos permite certas “aberturas de horizontes”: participações culturais e saídas do espaço exclusivo da favela através de passeios e visitas promovidas, como atividades paralelas ou complementares aos programas.

- Em terceiro lugar é importante destacar (como também indicam as avaliações mais recentes relativas ao PBF) se não retira totalmente as crianças do trabalho infantil garante às famílias a entrada num certo “circuito de consumo”. Isto significa, que redes comerciais locais e mesmos as externas à favela (voltadas para os chamados consumidores C-D-E) dão crédito face à identidade da família como inserida nos programas de transferência de renda⁵³

4.2.1.1

Motivo de Inserção no PETI

O PETI em sua proposta inicial caracteriza-se por ser: “Um programa do Governo Federal que tem como objetivo retirar crianças e adolescentes de 7 à 15 anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e sua segurança”.⁵⁴

Macedo e Brito analisando o documento oficial, sinalizam:

Dando seqüência a esta definição a uma exposição de objetivos a serem atingidos junto às crianças e aos adolescentes com a implantação e execução do programa: além de sua retirada das atividades laborativas, penosas, insalubres e degradantes, busca-se possibilitar seu acesso, permanência e bom desempenho na escola. É apontado, ainda, que, para incentivar a ampliação de seus conhecimentos, uma série de atividades devem

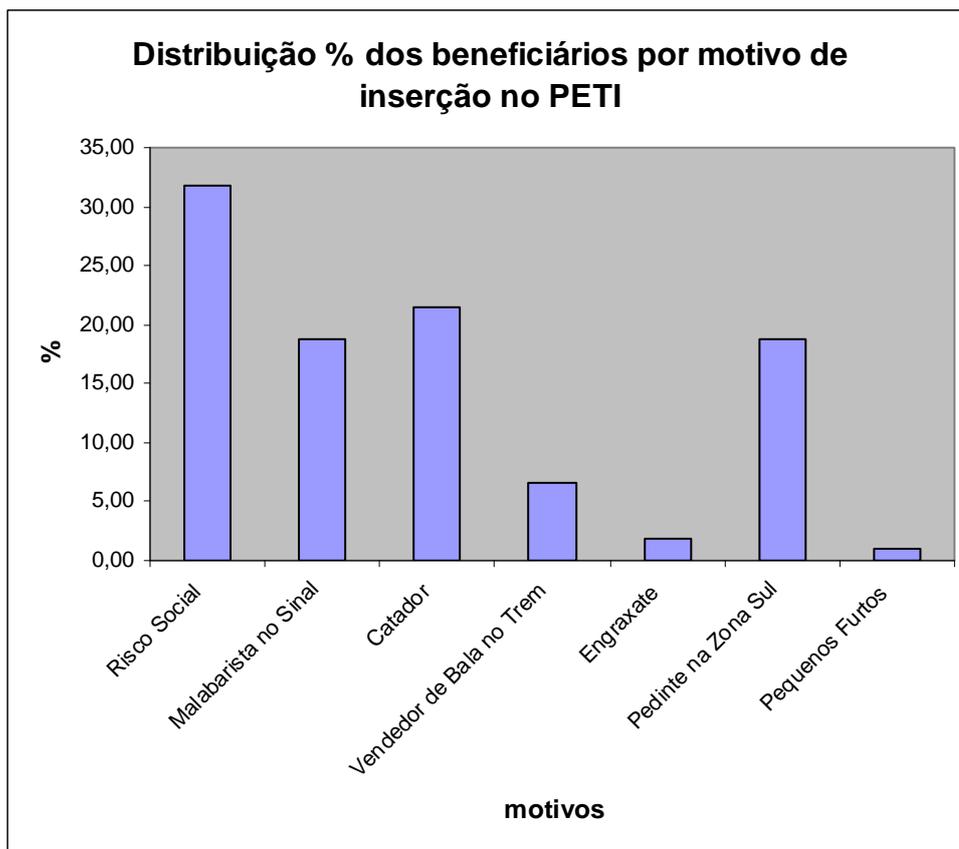
⁵³ Também aqui essa situação consolidou-se de forma mais ampla após a implantação do PBF.

⁵⁴ Manual de Orientações. Programa de erradicação do trabalho infantil – PETI, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1 ed., maio de 2002.

ser desenvolvidas com as mesmas de caráter cultural, esportivas, artísticas e de lazer¹⁰⁵ – no período complementar ao da escola, na chamada jornada ampliada (2004, p.188).

Assim, em princípio o programa estaria voltado para crianças e adolescentes exercendo algum tipo de atividade laborativa caracterizada como trabalho infantil. Entretanto, como pode ser observado no Gráfico 11, nem todos aqueles inseridos no programa na época da pesquisa, encontravam-se desenvolvendo tais atividades.

Gráfico 11 – Distribuição % dos beneficiários por motivo de inserção no PETI



Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

As ocupações que motivaram o ingresso no PETI configuravam-se como atividades que as crianças/adolescentes construíram para responder às suas necessidades de sobrevivência, face à precariedade da renda de seus grupos familiares.

Na verdade, quase todas as ocupações exigem grande sagacidade pessoal para driblar os limites impostos pela ordem social, pois se encontram no limiar entre legalidade e ilegalidade.

Além disto, no cotidiano do exercício destas atividades observa-se,¹⁰⁶ permanentemente, sentimentos vinculados ao medo de rejeição e da suspeição que caracteriza a relação entre os jovens pobres e a sociedade em geral, com ênfase nas instituições e agentes de controle social.

Além disso, a apropriação do espaço da rua como o “lugar do trabalho”, traz inúmeros riscos pessoais, o que vai exigir o aprimoramento das artimanhas de permanência e defesa pessoal e do espaço ocupado.

O motivo de maior incidência para o ingresso no programa - “*risco social*”, embora tenha conceitualmente sua definição inscrita no dicionário de termos técnicos da assistência social⁵⁵, na prática sofre várias redefinições por parte dos profissionais de atendimento.

Assim, são enquadrados nessa categoria uma enorme variedade de situações ligadas às vidas nas favelas e sua relação com a violência. É importante destacar que são classificados como risco social não só situações reais ou já presentes, mas também situações presumíveis. Com isso o risco social tem servido como indicador de urgência e definidor de prioridades de atendimento nos programas sociais.

Por outro lado esta caracterização dos jovens pobres como em “*risco social*” têm despertado críticas, por parte de movimentos sociais ligados aos jovens e movimentos de moradores de área de favela.

Para esses grupos, a utilização recorrente e indiscriminada da categoria “*risco social*” para designar os seus grupos juvenis tem reafirmado preconceitos em relação a esses, apesar das possíveis “boas intenções” dos técnicos que a utilizam.

4.2.2

Violência: o “olhar” e a vivência dos usuários

⁵⁵ “refere-se à probabilidade de ocorrência de um evento natural, ou produzido pelo ser humano, que concretiza a passagem da situação de vulnerável para vulneralizado, afetando a qualidade de vida das pessoas e ameaçando sua subsistência”. (Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social, 2006).

Partindo do pressuposto que a própria condição de vida dos usuários¹⁰⁷ constitui-se numa das faces da violência -a violência estrutural - na qual vislumbra-se a inoperância dos direitos básicos de cidadania acrescentada de processos de desqualificação de seus modos de vida, os usuários que compõem o universo da pesquisa, experimentam no seu cotidiano, outras formas e linguagens da violência.

Distribuição total e % dos beneficiários por situação de violência vivenciada na família

Tipo de Situação	N	%
Exploração Sexual	1	0,93
Expulsão de Membro da Família por Tráfico	1	0,93
Familiar morto pela polícia	3	2,80
Familiar morto pelo tráfico	4	3,74
Usuário de drogas próximo ao tráfico	25	23,36
Familiar trabalhando no tráfico	8	7,48
Criança Trabalhando no tráfico	4	3,74
Expulsão da família de outro território pela milícia	1	0,93
Violência doméstica	3	2,80
Familiar preso por tráfico	3	2,80
Familiar assaltante	1	0,93
Sem informação	53	49,53
Total	107	100,00

Tabela 1 – Distribuição total e % dos beneficiários por situação de violência vivenciada na família

Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

No estudo das fichas, embora em quase a metade das famílias não haja relatos de episódios ligados à violência, para outra metade foram identificadas diversas situações caracterizadoras da mesma, conforme a tabela abaixo:

Apesar dos números acima não possibilitarem generalizações em relação ao conjunto de moradores do território do CRAS, no tocante ao universo de beneficiários do PETI é possível observar a influência do tráfico e as marcas da

violência fatal na vida dos moradores. Estas se colocam como uma realidade¹⁰⁸ concreta para os moradores, ultrapassando as questões de precariedade meramente material.

Além de estar presente na lógica institucional do programa enquanto potencialidade, foi, como vimos, o principal motivo de inserção dos beneficiários no PETI.

Destaca-se que essas situações não são observadas em relação a parentes, vizinhos, conhecidos ou alguém de quem se “ouviu falar”, ao contrário elas atingem diretamente ao próprio núcleo familiar.

Por outro lado conquanto o tráfico seja indicado como responsável direto das situações de violências indicadas, os “agentes de controle e segurança” da população também estão presentes na prática de situações de violência contra os moradores. Assim, a violência vem pelos dois lados, ou seja, pelos criminosos e por aqueles que deveriam controlá-los.

Finalmente diríamos que a categoria “*risco social*” apresenta, contraditoriamente, uma dupla dimensão, de um lado, para os técnicos, ela é condensadora das diferentes situações reais ou potenciais de violência. Por outro lado, a partir dos movimentos sociais, dá suporte a uma reafirmação de sua discriminação.

O caminho traçado pelas famílias visando à proteção das crianças/adolescentes tem sido a tentativa de ocupar todo tempo livre, buscando incluí-las em diversos projetos sociais. Esta postura encontra ressonância na própria construção do PETI, quando amplia a vinculação exclusiva ao trabalho infantil, enfatizando a importância de acessar este grupo etário a uma socialização condizente ao acesso aos bens culturais.

Isto demonstra a compreensão por parte da gestão do programa de que a favela coloca-se, potencialmente, como um lugar de perigo para os moradores, especialmente para as crianças/adolescentes.

Nesta lógica também se encontra embutida a noção de que a criança pobre e moradora de favela pode, pelas oportunidades presentes no local de moradia, ser seduzida pelo tráfico. Sendo esta também a estratégia que leva os responsáveis não desejarem que seus filhos fiquem circulando pela favela, pois há sempre a

ameaça de tiroteios e, principalmente, a possibilidade de aproximação com os¹⁰⁹ “meninos” do tráfico.

Esta realidade tem levado à ênfase na formatação de políticas sociais de natureza quase que, exclusivamente, focalizadora, para atender aos territórios considerados vulneráveis, e, por conseguinte, a seus moradores, (sobretudo adolescentes e jovens) vistos como candidatos potenciais a serem atingidos (integrando ou não) pelas redes de ilegalismos.

As dificuldades cotidianas também estão presentes nos depoimentos das entrevistadas, principalmente para as migrantes, que relatam quanto foi penoso o processo de estabelecimento no novo local de moradia para onde vieram, fugindo da pobreza.

O sonho de construção de uma vida melhor, no entanto, não se realizou. Na prática continuam vivendo na condição de pobres, resistindo e lutando arduamente pela sobrevivência.

Além disto, como se pode observar nos depoimentos abaixo, a ausência de recursos materiais tem impedido, inclusive, àquelas que desejam, o retorno a sua cidade de origem.

Eu vim da pobreza, trabalhei muito em casa de família. Hoje não agüento mais. Vim pobre e continuo pobre. O que a gente junta não deixa a gente voltar. Mas eu espero um dia conseguir. Pobre não pode deixar morrer a esperança. (Entrevista nº 4 / Jacarezinho).

Eu não tenho sonho material, tenho não. Meu sonho mesmo é voltar pra roça, mas é muito difícil. Se eu voltasse, eu ficava trabalhando na roça. Na roça é melhor porque a gente planta e não precisa comprar nada. Fica tudo mais certinho (Entrevista nº 2 / Parque João Goulart).

Analisando os dois depoimentos verifica-se como ponto em comum a possibilidade de saída do atual local de moradia. O desconforto da atual vida na favela, faz com que minimizem os próprios locais de origem, cujas mazelas provocaram a migração.

Por sua vez, a questão da violência perpassou todas as entrevistas e possibilitou identificar o conjunto de personagens que participam da história da

violência local, atores que de alguma forma gerenciam a dinâmica interna das¹¹⁰ favelas e emolduram o enredo particular da vida de cada família. Além disto, colocam-se como protagonistas que subsidiam a visão do mundo externo sobre a favela, são eles: o tráfico, a polícia, as lideranças locais.

As visões de violência dos moradores são marcadas pelo lugar social que ocupam e alimentadas por suas experiências individuais e/ou familiares, mas que também sofrem reflexos da lógica presente na sociedade.

Na concepção das entrevistadas, o tráfico atualmente assume características muito mais violentas do que em períodos anteriores. Assim, observa-se um corte temporal que designa um “antes” e um “agora”. Esta cisão temporal também abrange a análise que fazem acerca da ação policial nestes locais.

Agora é bem pior! Bem pior! Porque na época que eu vim morar aqui , a gente sempre era parada por bandido, mas a gente não sabia como é que era. A gente só via eles armados. Mas aqui onde eu moro tem vez deles queimar, eles matando, eles queimando. Então pra mim hoje está pior! (Entrevista nº 1 / Vila Turismo).

Hoje está pior, desde que cheguei piorou. Tem bandido sem razão. Os meninos ficam tudo agitados. Antes, tinha “voz forte”, que deixava a vida correr sossegada. Hoje não, está tudo sem controle. E também a polícia, ela também piorou. Essa é muito pior! (Entrevista nº 4 / Jacarezinho).

Quando eu era moça, a violência aqui era menos, não era do jeito de agora não. A gente podia sair, podia brincar, podia andar. Agora não, a gente não tem como andar aí dentro, porque os policiais entram aí dentro, invadem isso aí, atiram, é um perigo mesmo. Piorou (Entrevista nº 3 / CHP2).

Hoje a violência não tem limite, não adianta querer conversar. Antes a gente conversava. Hoje eles só ouvem fofoca. Não adianta a mãe ir conversar, eles matam mesmo. Foi assim que eu perdi meu filho, por bobagem, por causa de fofoca. Os traficantes não têm lei, é só a cabeça deles mesmo (Entrevista nº 5 / Jacarezinho).

Os depoimentos apresentam uma série de características hoje assumidas pela violência nas favelas: a perda de limites de atuação tanto do tráfico como da polícia; a falta de controles internos à atuação desses grupos; a perda da

possibilidade de conversa e negociação mecanismos com os quais as famílias¹¹¹ contavam para suas relações no interior da favela, mesmo com os grupos considerados ilegais.

Um dos aspectos que também se ressalta desses depoimentos é a impossibilidade das famílias terem “consideradas” as suas versões acerca de fatos. Quando a mãe perde seu filho a partir de “fofocas”, versão para ela não verídica, a sensação de injustiça e impotência se amplia.

As mudanças no tráfico sinalizadas pelas entrevistas não derivam de uma substituição do comando local, pois o conjunto de favelas circunscritas no território vem, ao longo dos anos, sendo gerenciado por grupos de traficantes ligados a uma mesma facção.⁵⁶ Portanto, se são observadas mudanças em relação ao recrudescimento da violência, estas decorrem de relações internas à própria facção.

Importa destacar, que conforme a lógica presente na “sociabilidade violenta”, as ações dos traficantes são quase que exclusivamente coordenadas pela força, distanciadas de valores comuns compartilhados.

Percebe-se, assim, que o poder dos traficantes encontra-se prioritariamente associado ao uso da força, materializada pelas sofisticadas armas de fogo, mas que também tentam exercer a dominação a partir de mecanismos de legitimação, que objetivam subsidiar suas relações com os moradores.

Dentre as possibilidades de ações legitimadoras destacam-se aquelas que se referem à segurança do território. Estas intencionam a garantia do domínio do local contra as ações de outros grupos de poder armado, mas também da proteção contra furtos no interior da favela e na administração de conflitos entre indivíduos e/ou grupos.

Assim, se antes era observado a indicação de uma série de regras particulares que deveriam ser seguidas por todos, mesmo que em detrimento as leis formais, pois o desrespeito pressupunha sanções que poderiam chegar à eliminação da própria vida; hoje se percebe grandes dificuldades para identificação destas regras, embora, efetivamente, as sanções permaneçam.

⁵⁶ Desta facção e das áreas localizadas nos territórios analisados, saíram componentes históricos da formação e extensão das atividades criminosas e suas organizações na cidade do Rio de Janeiro (Amorim, 1993).

A lei aqui é que não pode roubar na rua no lugar onde mora. Se roubar, você¹¹² logo percebe que o ladrão sumiu e depois vem a notícia de que mataram. Ontem mataram dois meninos da idade do meu filho. Tem gente que viu os corpos. Eles estavam roubando ali na rua da Batata, na saída daquela escola que tem ali, roubavam as pessoas que iam pegar, de carro, os filhos (Entrevista nº 1 / Vila Turismo).

Outra possibilidade do exercício do mando do traficante, que reforça os códigos da lei interna, refere-se à intermediação de negócios realizados nas favelas. Mas, para tal, uma das partes deve recorrer a este mando.

A minha casa foi comprada à prestação e teve um momento que atrasei. Aí o antigo dono foi reclamar com os “meninos”. Numa noite, acordamos com batidas na porta, eram “eles” chamando meu companheiro e foram perguntando: você não tem medo de perder a casa? Explicamos a situação, mas eles falaram que iam ficar na vigilância. Mas no outro dia fui falar com a minha irmã, ela mora com um bandido aí dentro, que é tipo um dos donos, ele está preso. Aí ela ligou pra ele. Ele foi logo mandando um recado pra quem está aqui não mexer com a gente. Aí tudo sossegou e felizmente acabamos de pagar a casa com tranqüilidade. (Entrevista nº 3 / CHP2).

O poder do tráfico é exercido em todas as instâncias da vida dos moradores, mas sempre vinculado aos seus interesses particulares, perpassando desde as questões mais simples até aquelas de maior complexidade.

Eles mandam em tudo, até na brincadeira de queimada das crianças. Aqui é tudo apertado, na frestinha de rua que tem pra criançada brincar eles proibem, porque tem que ficar passando com as motos, aqueles da vigilância. Aí eles proibem (Entrevista nº 4 / Jacarezinho).

O depoimento acima nos remete a Damatta (1990), quando fala sobre o significado da casa e da rua como categorias sociológicas fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira. Segundo o autor, essas categorias relacionadas dinamicamente, expressam formas de organização do mundo social brasileiro, sendo o mundo da rua o espaço do legal e do jurídico, mas também o lugar da luta, da malandragem e do perigo.

Na realidade as ações dos grupos que monopolizam privadamente os meios da violência, cerceiam à dimensão pública da rua, transformando-a, também, em meios privados para o exercício de seu poder.¹¹³

Outro elemento que se destacou na “fala” das entrevistadas refere-se à diferenciação da relação dos moradores com o tráfico. Assim, aparecem avaliações nas quais encontram-se explicita a crítica àqueles que, mesmo não se encontrando organicamente vinculados a esse grupo de poder, de alguma maneira, constroem formas que oportunizam a aproximação.

A gente não tem que misturar, deve ser cada um pro seu lado. Aqui na favela a maioria vive na sua, mas tem aqueles que acham bonito, querem aparecer. Aí, ficam perto, inventam coisa pra falar, pra conversar e acaba se misturando (Entrevista nº 6 / CHP2).

A interferência da ação dos traficantes sobre o cotidiano das favelas, também pode ser percebida na relação com os representantes das áreas. Estes, enquanto representantes formais dos moradores, se vêem obrigadas a manter algum tipo de relacionamento não tanto com as organizações criminosas em si, mas com seus membros locais.

Os moradores em suas observações indicam diferenças na forma como as Associações de Moradores (AM) constroem suas relações com os traficantes. Segundo eles, essa diferenciação vai estar vinculada ao grau de organização da favela e ao perfil das lideranças locais.

Assim, quando a entidade representativa dos moradores tem uma postura combativa, uma adesão a ideais mais politizados e/ou uma maior inter-relação com outros movimentos populares, à relação será pautada no “respeito”, mantidos certos distanciamentos.

Quando o gerenciamento da AM está nas mãos de diretorias que privilegiam posturas demagógicas e clientelistas, observa-se uma maior inter-relação entre as duas instâncias de poder. Mas, sobressaem também, avaliações que expressam os limites da AM em confrontar-se com o tráfico, o que leva à submissão, da mesma forma como acontece com os moradores em geral.

Algumas associações ficam muito perto deles. Bem junto mesmo. Não falo¹¹⁴ nem qual é, porque é perigoso, mas todo mundo das favelas daqui sabe. Eles resolvem tudo junto. (Entrevista nº 4 / Jacarezinho).

Acho que em todas comunidades quem manda são eles. Tem que obedecer eles, até a AM tem que obedecer. Não tem como dizer não. Tem que fazer o jogo deles. Mesmo quando é gente séria, que pensa na comunidade, que quer trazer coisas boas pra comunidade, não tem como enfrentar. Fica preso a lei deles (Entrevista nº 1 / Vila Turismo).

Se, de certa forma, as entrevistadas admitem a interferência do tráfico nas próprias entidades de representação, sua crítica mais contundente refere-se à presença de crianças e adolescentes no trabalho de venda de drogas. Entre as avaliações que fazem sobre os motivos da inserção precoce ao mundo do tráfico, há predominância das justificativas fundadas na pobreza das famílias e na conseqüente vida de privações. Neste sentido, o tráfico ocuparia mais um papel na vida da favela: o de empregador.

Tem muita criança envolvida, muita criança mesmo. O dono é cascudo, velho, mas tem muito molequinho lá dentro. Se a senhora ver, fica boba. Eles não estão nem agüentando o troço pesado, mas fica lá segurando aquelas armas (Entrevista nº 3 / CHP2).

Acho que eles vão lá pra trabalhar pra poder ficar usando droga. Tem criança aí novinha que já cheira, já usa tudo. Já viu lá na C?⁵⁷ É uma tristeza só. Dói no coração da gente (Entrevistada nº 4 / Jacarezinho).

Tem muitos que vai pra poder comprar as coisas que vê. Pai e mãe não podem dar e aí ele ta crescendo, vê que outro tem, aí vai trabalhar com eles mesmo. Depois sair é difícil. Também as famílias não ensinam muito, não dá castigo, quando vê, já perdeu o filho (Entrevista nº 6 CHP2).

⁵⁷ Espaço específico na área, onde são vendidos e consumidos diferentes tipos de drogas.

Na verdade, o papel de possível empregador em atividades direta ou¹¹⁵ indiretamente ligadas ao tráfico, ampliou-se enormemente nos últimos anos, conforme assinalamos anteriormente.

Se várias atividades relacionadas à vida cotidiana das famílias (transporte local, venda de gás, acesso à tv a cabo, entre outros), têm interferência mais ou menos direta com o tráfico, a inserção de crianças/adolescentes nesses setores, já os coloca no circuito de possíveis ilegalidades.

Isto se torna mais dramático, na medida em que, em termos gerais, a comunidade mais próxima é, historicamente, a via de entrada no mundo social em geral e, no mundo do trabalho em especial.

Ainda que com argumentos um pouco diversos, Baierl, reafirma a amplitude da atuação do tráfico no âmbito da empregabilidade local:

O tráfico e o conjunto de ilegalidades e atividades ilícitas que se circunscrevem em torno dele geram empregos informais e ilegais. Portanto, o mundo do tráfico gerencia não só a sobrevivência no campo da assistência social, mas dá conta, à sua maneira e a partir de regras e normas de condutas próprias, do mundo do trabalho, da sobrevivência e subsistência da população esquecida que se encontra “à margem” da vida social (2004, p. 128).

Em princípio a população rejeita, e os próprios jovens, um emprego em atividades ligadas ao tráfico. Entretanto, quando as alternativas de empregabilidade se ampliam para além do foco exclusivo da droga, a situação se torna mais complexa.

Nesse sentido, completa-se o ciclo analisado por Moore (1987) em relação aos sistemas de autoridade de base local. Para esse autor, entre autoridades e súditos, existiria um chamado “contrato social implícito”, cuja legitimidade se sustentaria em três elementos básicos: a obrigação de proteção; a manutenção da paz e da ordem; e a contribuição com a segurança material.

Evidentemente não se pode atribuir ao tráfico o exercício total das três dimensões (a paz, por exemplo, não é definitivamente garantida por sua presença). Entretanto, uma possível e transitória segurança material é oferecida, através de suas “oportunidades” de trabalho.

Um último aspecto, relacionado ao “olhar” e a vivência dos moradores¹¹⁶ com a violência, refere-se àquela praticada pelas autoridades policiais.

Essa, na avaliação dos moradores é muito mais arbitrária e intensa do que a dos traficantes. Desta forma, as entrevistadas fazem severas críticas à atuação da polícia nas favelas, principalmente por sua ação pautada em preconceitos que identificam todo morador como um possível “bandido e marginal”.

Os depoimentos reforçam o sentimento de repúdio à modalidade de atuação da polícia na favela, destacando a ausência de confiança no aparato legal repressivo, podendo estender-se a outras instituições estatais.

A polícia eu não respeito não, porque eles não respeitam a gente. Acham-se dono da verdade e são abusados demais. Teve uma vez, até contei isso aqui pro pessoal do PETI, que tava dormindo e acordei com uma arma na cabeça. Quase morri de susto. Era um policial dizendo pra eu mostrar as coisas, onde estava escondido. Eu estava com meu filho de sete anos também dormindo na cama. Eu não acreditava no que estava acontecendo. Eu que não tenho nenhum envolvimento nem ninguém da minha família (Entrevista nº 4 / Jacarezinho).

Tem uma mãe do PETI lá do Jacarezinho que me contou que nesses tempos aí dos tiroteios, ela deixou o filho aqui às 7 horas da manhã e foi pra casa se arrumar para o trabalho, aí quando chegou tinha dois policiais abrindo a porta dela, com chave e tudo. Ela então perguntou: está procurando quem? Eles até machucaram ela porque falaram que ela é muito abusada (Entrevista nº 6 CHP2).

Desta forma, percebe-se que para os moradores, a postura da polícia pautada na indistinção e não reconhecimento de diferença, se coloca como inaceitáveis e possibilita a percepção de maior “justiça” entre os traficantes. Isto tem colaborado, muitas vezes, com a relação de maior respeito com os traficantes.

No entanto, essa relação de respeito é permeada por sentimentos de medo e insegurança, pois o tráfico exerce seu poder a partir da ausência de regras claras que subsidiam o controle dos riscos e os cuidados a serem tomados pela população.

Na experiência de vida dos moradores fica explícito os processo de subjugo a que se encontram expostos, seja pelas exigências de obediência aos ditames

emanados do tráfico, seja pela arbitrariedade das ações policiais. Mas é¹¹⁷ necessário também acrescentar a violência da pobreza a qual encontram-se submetidos.

4.2.3

A religiosidade dos usuários

No que concerne à religiosidade, importa indicar que as transformações ocorridas neste campo refletem-se de forma acentuada nas áreas de concentração da pobreza urbana, como é o caso do Rio de Janeiro.

No território estudado, a presença da Igreja Católica, ainda permanece. Entretanto, o fenômeno religioso mais contundente é da ampliação evangélica.

A importância da Igreja Católica na região encontra-se, especialmente, evidenciada na maior favela do território – Jacarezinho, em decorrência das ações realizadas pela Igreja Nossa Senhora Auxiliadora. Esta igreja, construída e, por longo tempo comandada, pelo já falecido padre Nelson, personagem até hoje carinhosamente lembrado.

A liderança do padre Néilson possibilitou que, a partir das atividades da igreja, fosse irradiado o “espírito comunitário” e a emergência de algumas lideranças. Atualmente, no espaço da igreja encontra-se instalada uma escola de ensino fundamental além de um espaço reservado a reuniões e festas.

Na verdade a atuação desse religioso e, principalmente, a extensão de sua influência na área, se relaciona com a presença de atividades industriais e de segmento operário importante, que integrou a histórica atuação da Juventude Operária Católica na região.

Já em outra região do território, em Mangueiros, encontramos a igreja de São Daniel situada em local mais de fácil acesso para os moradores de todas as favelas. Além disso, a Igreja Católica mantém numa área limítrofe entre CHP2 e Parque João Goulart, uma pequena capela.

No que se refere às Igrejas Evangélicas, seu crescimento no território vem sendo vinculado especialmente às denominações neopentecostais. Muitas igrejas evangélicas estão espalhadas pelas regiões mais recônditas do território, com

grande visibilidade para a Igreja Universal do Reino de Deus / IURD, pela¹¹⁸ magnitude de seu templo.

A IURD na ocupação da área urbana, privilegia, sobretudo, aquelas mais próximas das entradas das favelas. No caso do espaço estudado, esta igreja instalou um grande templo situado na Avenida dos Democráticos, que possibilita o acesso dos moradores das diferentes favelas desta subárea do território.

Já nas favelas situadas em outra região, como é o caso do Jacarezinho, seus moradores têm oportunidade de deslocamento fácil para a Catedral da IURD, localizada na Avenida Dom Hélder Câmara.

Conforme já sinalizado, a análise documental não permitiu averiguar de forma mais precisa a adesão religiosa dos responsáveis, dada a inexistência de informações sobre religião em grande parte das fichas.

Tabela 2 – Distribuição dos responsáveis por tipo de religião

**Distribuição dos responsáveis por tipo
de religião**

Religião	N	%
Católica	9	0,81
IURD	7	0,63
AD	11	0,99
Batista	1	0,09
Kardecista	1	0,09
Sete Castiçais	1	0,09
Não tem	21	1,89
Sem informação	60	5,40
Total	111	9,99

Fonte: Fichas PETI/CRAS - Caio Fernando Abreu/SMAS.

Analisando os dados relativos a 51 famílias com indicação de religião nas fichas, observou-se:

- 18% se declararam católicos;
- 21% se declararam vinculados a Assembléia de Deus / AD;

- 14% expressaram sua adesão à IURD;
- 39% se definiram “sem religião”.

Na verdade, esses dados conquanto se referem a um universo muito restrito, reflete no microcosmo analisado, a situação identificada pela análise dos últimos censos nacionais.

Assim, como já indicamos anteriormente, os dados censitários já apontam para as três principais mutações no campo religioso brasileiro, que aqui também aparecem: a redução percentual de católicos; o crescimento evangélico e a ampliação dos autodenominados “sem religião”.

Também entre as seis entrevistadas, foi observado a mesma distribuição, uma vez que duas delas se declararam católicas, uma espírita kardecista, uma participante da AD e duas se auto - definiram como “sem filiação religiosa”.

A partir dos depoimentos, foi possível perceber, entre as católicas, uma menor regularidade na frequência religiosa.

Tal fato encontra similaridade no que é repetidamente analisado sobre o comportamento religioso de muitos que se auto-definem como católicos. Estes, muitas vezes, se referenciam como integrantes dessa religião, sem, contudo vivenciarem uma efetiva participação.

Este procedimento explica-se pela posição hegemônica que a Igreja Católica ainda apresenta no país, apesar de todo o processo de mudança do campo religioso.

Assim, esta religião foi tradicionalmente referida como a “religião nacional”, mesmo com a laicização da sociedade a partir da instituição republicana. Tal fato propiciou (e ainda propicia), a auto-definição de muitos indivíduos como católicos, independente de apresentarem vinculação orgânica com este credo, o que pode ser ilustrado pela “fala” a seguir:

Eu digo que sou católica, mas não vou muito à igreja não. Só às vezes. Quando vou é na igreja daqui da pista, porque lá dentro nunca se sabe. Mas não fico todo dia indo não (Entrevista nº 3 / CHP2).

Outro dado interessante, diz respeito ao relato da participação¹²⁰ concomitante, nos rituais da Igreja Católica e no de outras religiões, caracterizando um pragmatismo das orientações religiosas:

Eu freqüento a igreja católica desde que era do Ceará. Essa era a religião do meu pai. Eu gosto de ir à missa, mas quando não dá, vou a outras igrejas com minhas vizinhas. Vou à AD com uma, mas também vou à IURD. Não fico é sem ir a nenhuma (Entrevistada n. 2 / Parque João Goulart).

Na verdade, esse depoimento expressa várias dimensões do significado prático da vivência das religiões. O primeiro deles, é que a religião se apresenta como uma necessidade mais difusa, não necessariamente vinculada a uma institucionalidade. Daí que a entrevistada retenha a necessidade de uma participação a algum lugar de culto.

Um segundo aspecto relaciona-se a articulação entre a prática religiosa e as práticas das relações sociais, onde a freqüência ao culto também acompanha as relações de amizade da informante.

Um terceiro aspecto refere-se à construção da prioridade que os indivíduos estabelecem entre as diferentes opções religiosas. Aqui, embora a entrevistada freqüente outros credos, a prioridade identitária foi construída a partir da religião paterna.

A modalidade de inserção por “religião de família” parece estar diminuindo, o que pode ser inferido no significativo número de adesões à opções religiosas mais recentes, como é o caso da IURD e sete castiçais.

As mulheres que compõem o universo da pesquisa têm suas trajetórias de vida, geralmente marcadas por forte sentimento de perda e sofrimento. Esses sentimentos podem promover uma articulação entre adesão religiosa e situações de drama pessoal, conforme nos relata uma delas:

Eu nunca fui de freqüentar igreja, era sempre muito trabalho que eu tinha, era muita luta. Piorou depois que meu marido morreu. Mas fui mesmo pra igreja quando perdi meu filho. Como já falei, ele arrumou namorada viciada e acabou se envolvendo. Passou a vender. E ela sempre usando tudo. Aí ficou devendo e eles mataram. Pedi, implorei, mas não teve jeito, eles mataram meu menino e sumiram com o corpo. Até hoje

não enterrei meu filho. Fiquei sem forças. Foi nesse momento que as irmãs ficaram¹²¹ dando força, apoiando. Hoje participo da AD, estou mais calma. É a fé que ta me ajudando. Preciso da força divina até pra ajudar meu outro filho (Entrevista n° 5 / Jacarezinho).

Apesar de que alguns estudos (Fernandes, 1998) indiquem que não há, necessariamente, uma articulação entre drama e dialética da crise e as conversões religiosas, o depoimento acima, e outros que analisaremos posteriormente em relação aos profissionais da assistência, de certa forma reforçam esta conexão.